

# PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER

3

VOLUME



# PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER

3

VOLUME





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER 3 de [SCISAUDE](#) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](#). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/planejamento-e-gestao-em-saude-da-mulher-3/80>

2025 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2025 Os autores

Copyright da edição © 2025 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE

**ORGANIZADORES**

**Me. Iara Nadine Vieira da Paz Silva**

<http://lattes.cnpq.br/3158922554159966>

<https://orcid.org/0000-0002-5027-200X>

**Dr. Avelar Alves da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/8204485246366026>

<https://orcid.org/0000-0002-4588-0334>

**Esp. Lennara Pereira Mota**

<http://lattes.cnpq.br/3620937158064990>

<https://orcid.org/0000-0002-2629-6634>

**Dra. Karla Heline Pereira de Mesquita**

<http://lattes.cnpq.br/7023779756131558>

**Editor chefe**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

**Projeto gráfico**

Lennara Pereira Mota

**Diagramação:**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

**Revisão:**

Os Autores

## Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	JEAN CARLOS LEAL CARVALHO DE MELO FILHO	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana Britto Martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Planejamento e gestão em saúde da mulher [livro eletrônico] : 3 volume / organizadores Iara Nadine Vieira da Paz Silva...[et al.]. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2025.  
PDF

Vários autores.  
Outros organizadores: Avelar Alves da Silva, Lennara Pereira Mota, Karla Heline Pereira de Mesquita.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-85376-68-6

1. Artigos científicos - Coletâneas 2. Ginecologia  
3. Maternidade 4. Mulheres - Saúde mental  
5. Multidisciplinaridade 6. Saúde da mulher  
7. Saúde pública I. Silva, Iara Nadine Vieira da Paz.  
II. Silva, Avelar Alves da. III. Mota, Lennara Pereira. IV. Mesquita, Karla Heline Pereira de.

25-274892

CDD-613.04244

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Saúde da mulher : Medicina 613.04244

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



**10.56161/sci.ed.20250527**



**978-65-85376-68-6**



SCISAUDE  
Teresina – PI – Brasil  
scienceesaude@hotmail.com  
[www.scisaude.com.br](http://www.scisaude.com.br)

# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o eBook " PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER 3", uma obra essencial para todas as mulheres que desejam entender melhor o funcionamento do seu corpo, cuidar da saúde e viver de forma plena e equilibrada.

Este eBook foi cuidadosamente elaborado para oferecer informações acessíveis e baseadas em evidências científicas, cobrindo temas fundamentais para a saúde feminina em todas as fases da vida. Desde a puberdade até a menopausa, passando pela maternidade e os desafios do envelhecimento, nosso eBook aborda com profundidade e clareza os principais aspectos da saúde da mulher.

Questões como saúde reprodutiva, prevenção de doenças, bem-estar mental e emocional, nutrição, exercícios físicos e cuidados preventivos são tratados de forma abrangente, permitindo que você tome decisões informadas sobre sua saúde. Além disso, o eBook oferece dicas práticas e orientações que podem ser facilmente integradas ao seu dia a dia, ajudando você a adotar hábitos saudáveis e prevenir problemas futuros.

Queremos empoderar as mulheres com conhecimento, promovendo uma vida mais saudável e feliz. Este eBook é indicado tanto para mulheres que desejam cuidar melhor de si mesmas quanto para profissionais da saúde que buscam aprofundar seus conhecimentos sobre o universo feminino. Com uma linguagem clara e objetiva, ele se torna uma leitura indispensável para quem se preocupa com o bem-estar e a qualidade de vida.

**Boa Leitura!!!**

# Sumário

<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>9</b>
<b>PLANEJAMENTO REPRODUTIVO E DIREITOS SEXUAIS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>19</b>
<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE DE GESTANTES E CRIANÇAS: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA.....</b>	<b>19</b>

# CAPÍTULO 2

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE DE GESTANTES E CRIANÇAS: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

DOMESTIC VIOLENCE AND ITS INFLUENCE ON THE HEALTH OF PREGNANT WOMEN AND CHILDREN: A PUBLIC HEALTH ISSUE

 10.56161/sci.ed.20250527C2

**Edmilson Valério de Magalhães**

Mestrado em Educação pela Flórida - Docente do IF Sudeste MG Campus Barbacena

<https://orcid.org/0000-002-3264-3698>

**Emanuelle Ribeiro Lisboa Prasto Martins**

Psicóloga pela Unigranrio e Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira- Universo

<https://orcid.org/0009-0004-3140-0135>

**Bárbara Monique Alves Desidério**

Psicóloga Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar e Mestranda em Saúde Coletiva na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<https://orcid.org/0009-0008-7435-0747>

**Karen Julianne Frazão dos Santos Iwata**

Graduanda em Medicina pela FASEH

**Lucas Attili Ribeiro**

Graduando em Medicina pela UNIFUNEC

<https://orcid.org/0009-0005-3914-1681>

**Elizangela Silva de Jesus**

Enfermeira pela Faculdade Santo Antônio, Pós-graduada em Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde da Família pela Faculdade Santíssimo Sacramento,

Pós-graduada em Estratégias de Enfrentamento à Violência pela Uninter

Pós-graduada em Violência de Gênero, Direito, Saúde e Diversidade pela Uninassau

**Ingrid Feitoza Muniz**

Enfermeira e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Maranhão

<https://orcid.org/0000-0002-5244-0062>

**Thiago de Freitas França**

Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery UFRJ

<https://orcid.org/0009-0003-1811-7872>

**Angélica Aparecida de Rezende**

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade cidade João Pinheiro

**Beatriz de Andrade Ribeiro**

Nutricionista, pós-graduada em nutrição clínica e hospitalar pela Finama

<https://orcid.org/0000-0003-4145-0860>

**RESUMO**

A violência doméstica representa uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública que afeta desproporcionalmente gestantes e crianças. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos da violência doméstica sobre a saúde física e mental de gestantes, bem como sobre o desenvolvimento emocional, social e cognitivo de crianças expostas a esse tipo de ambiente. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada com base em artigos científicos publicados entre 2022 e 2024, selecionados nas bases PubMed, SciELO, LILACS e BVS. Os critérios de inclusão consideraram publicações em português, inglês e espanhol, com acesso ao texto completo e abordagem direta do tema. Os resultados indicam que gestantes vítimas de violência apresentam maior incidência de sofrimento psíquico, depressão, complicações obstétricas e desfechos perinatais negativos. Já as crianças expostas à violência doméstica demonstram alterações comportamentais significativas, como ansiedade, medo, retraimento social e baixo desempenho escolar, além de risco de perpetuação do ciclo de violência. A pesquisa também aponta para a ocorrência de violência obstétrica como fator agravante do sofrimento das gestantes. Conclui-se que a violência doméstica compromete profundamente a saúde materno-infantil e exige respostas intersetoriais eficazes, humanizadas e baseadas em evidências. Políticas públicas integradas e práticas de cuidado sensíveis às necessidades dessas populações são essenciais para interromper os ciclos de violência e promover ambientes seguros e saudáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência doméstica; Saúde da mulher; Saúde da criança; Gravidez; Desenvolvimento infantil.

**ABSTRACT**

Domestic violence is a serious human rights violation and a public health problem that disproportionately affects pregnant women and children. This study aimed to analyze the effects of domestic violence on the physical and mental health of pregnant women and the emotional, social, and cognitive development of children exposed to such environments. This is a narrative literature review based on scientific articles published between 2022 and 2024, selected from PubMed, SciELO, LILACS, and BVS databases. Inclusion criteria considered publications in Portuguese, English, and Spanish, with full-text access and direct thematic relevance. The results indicate that pregnant women subjected to violence show higher rates of psychological distress, depression, obstetric complications, and adverse perinatal outcomes. Children exposed to domestic violence present significant behavioral changes, including anxiety, fear, social withdrawal, and poor academic performance, along with a heightened risk of perpetuating the cycle of violence. The research also highlights obstetric violence as a factor that worsens the

suffering of pregnant women. It is concluded that domestic violence severely compromises maternal and child health and demands effective, humanized, and evidence-based intersectoral responses. Integrated public policies and care practices sensitive to the needs of these populations are essential to break the cycle of violence and promote safe and healthy environments.

**KEYWORDS:** Domestic violence; Women's health; Child health; Pregnancy; Child development.

## 1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica é uma realidade que atravessa fronteiras geográficas e sociais, afetando desproporcionalmente mulheres e crianças, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Quando atinge gestantes, esse tipo de violência pode agravar riscos à saúde materno-infantil, comprometendo o desenvolvimento do feto e a saúde física e mental da mãe. Com isso, a violência obstétrica e a ausência de partos humanizados estão diretamente ligadas a experiências negativas para gestantes, incluindo sofrimento psíquico e desfechos perinatais desfavoráveis (Gonçalves; Botogoski, 2024)

Crianças que vivem em ambientes com violência entre os pais também apresentam impactos severos no desenvolvimento emocional, social e escolar. Os danos psicológicos são comparáveis aos sofridos por crianças diretamente vitimadas, com altos níveis de ansiedade, insegurança, medo e comportamentos disfuncionais (Menezes; Ribeiro, 2024). Além disso, a violência no período perinatal pode desencadear efeitos intergeracionais, perpetuando ciclos de exclusão e sofrimento (Costa; Fortunato; Silva, 2023).

No Brasil, embora haja avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha, os índices de violência doméstica contra gestantes e crianças permanecem alarmantes, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas e estratégias de prevenção baseadas em evidências. Compreender como essa violência afeta a saúde das mulheres grávidas e de seus filhos é essencial para o planejamento de intervenções eficazes e humanizadas.

Este estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: qual é o impacto da violência doméstica na saúde física e mental de gestantes, bem como no desenvolvimento psicológico e social de crianças expostas a esse contexto? A partir dessa questão central, formulou-se a hipótese de que gestantes e crianças que vivenciam situações de violência doméstica apresentam maiores índices de sofrimento psíquico, complicações de saúde e prejuízos no desenvolvimento emocional e social, em comparação àquelas não expostas a essa forma de violência.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os efeitos da violência doméstica sobre a saúde de gestantes e o desenvolvimento de crianças, evidenciando as principais consequências físicas,

psicológicas e sociais geradas por esse tipo de exposição. Entre os objetivos específicos, buscase: investigar os impactos da violência na saúde física e mental de mulheres durante o período gestacional; compreender as consequências do ambiente doméstico violento sobre o comportamento, o bem-estar emocional e o desempenho escolar de crianças; identificar as formas predominantes de violência presentes nos lares afetados e os mecanismos de enfrentamento adotados pelas vítimas; e, por fim, oferecer subsídios que contribuam para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à proteção e ao cuidado humanizado de gestantes e crianças em situação de vulnerabilidade.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de reunir, descrever e discutir evidências científicas recentes sobre os impactos da violência doméstica na saúde de gestantes e no desenvolvimento de crianças expostas a esse tipo de violência. A revisão narrativa permite uma abordagem ampla e reflexiva sobre o tema, reunindo contribuições teóricas e empíricas publicadas nos últimos três anos, priorizando pesquisas nacionais e internacionais disponíveis em bases científicas confiáveis.

A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed, LILACS, BVS e Google Scholar, utilizando os descritores controlados e combinados: “violência doméstica”, “gestantes”, “crianças”, “saúde materna”, “desenvolvimento infantil” e “saúde pública”. A estratégia de busca incluiu os operadores booleanos “AND” e “OR”, de forma a ampliar e refinar os resultados.

Foram incluídos estudos publicados entre os anos de 2022 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem de forma direta os efeitos da violência doméstica em gestantes ou crianças. Foram excluídos artigos que não estivessem disponíveis na íntegra, revisões duplicadas ou que não tratassem do tema central do presente estudo.

As variáveis analisadas nos estudos incluídos foram: tipo de violência relatada (física, psicológica, sexual, patrimonial ou obstétrica), impactos na saúde mental e física das gestantes, consequências para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças, bem como estratégias de enfrentamento e intervenção. A seleção e análise dos dados foram realizadas de forma independente por dois avaliadores, que inicialmente leram os títulos e resumos dos estudos, e posteriormente os textos completos, seguindo os critérios estabelecidos.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica com dados de domínio público e sem envolvimento direto de seres humanos, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em

Pesquisa, conforme previsto nas diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise narrativa da produção científica nacional e internacional evidencia, de forma crescente, que a violência doméstica constitui não apenas uma violação de direitos humanos fundamentais, mas também um determinante social da saúde, cujos efeitos extrapolam o campo individual e repercutem amplamente sobre o bem-estar coletivo. Em especial, no contexto da gestação e da infância, seus impactos tornam-se ainda mais graves e duradouros, uma vez que atingem indivíduos em situação de vulnerabilidade biológica, emocional e social. A literatura recente tem evidenciado que, quando a mulher grávida está submetida à violência por parceiro íntimo (IPV – *intimate partner violence*), o risco de desenvolver sintomas psicopatológicos se eleva consideravelmente, destacando-se quadros de ansiedade generalizada, depressão moderada a severa, distúrbios do sono, sentimentos de medo constante, sensação de aprisionamento, além de consequências físicas como intercorrências obstétricas, parto prematuro e baixo peso ao nascer (Otaguiri; Siqueira; D’Affonseca, 2022). Esses achados sustentam a noção de que a violência doméstica durante a gravidez compromete, de maneira direta e indireta, os desfechos gestacionais e o início da maternidade.

Além disso, cumpre ressaltar que os efeitos da violência não se restringem à mulher. Cada vez mais estudos têm demonstrado que o ambiente familiar permeado por agressões físicas, psicológicas e simbólicas interfere no desenvolvimento global da criança, mesmo quando esta não é alvo direto da violência. Em uma perspectiva intergeracional, a convivência com a violência interparental — ou seja, a observação contínua de conflitos entre os cuidadores — tem se mostrado determinante para o surgimento de traumas emocionais na infância e na adolescência. De acordo com Menezes e Ribeiro (2024), adolescentes que crescem em lares marcados por conflitos e abusos apresentam sentimentos de insegurança, instabilidade emocional, autorresponsabilização pelas tensões familiares, dificuldades escolares, além de sintomas compatíveis com transtornos de ansiedade e depressão. Tais evidências apontam para a necessidade de compreensão ampliada da violência como um fenômeno estruturante de trajetórias marcadas pela exclusão e pela vulnerabilidade psíquica.

Paralelamente, observa-se que a violência obstétrica, compreendida como o conjunto de condutas desrespeitosas, negligentes ou invasivas praticadas contra mulheres no período gestacional, parto e puerpério, é outro fator que agrava o sofrimento das gestantes, especialmente no sistema público de saúde. Conforme demonstrado por Mendes, Santos e

Tavares (2022), diversas mulheres relataram experiências profundamente negativas durante o trabalho de parto, envolvendo abuso verbal, omissão de informações, práticas invasivas não consentidas e ausência de suporte emocional. Tais práticas comprometem a dignidade da mulher, dificultando a construção do vínculo afetivo com o recém-nascido e podem desencadear quadros de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) no pós-parto. Em contrapartida, experiências em instituições que adotam modelos de parto humanizado têm evidenciado impactos positivos expressivos sobre o bem-estar físico e emocional de mães e bebês, contribuindo para a redução da morbimortalidade materna e neonatal, conforme apontado por Gonçalves e Botogoski (2024).

No que tange especificamente ao desenvolvimento infantil, é necessário destacar que a exposição contínua a contextos de violência doméstica configura um fator de risco crônico para o surgimento de distúrbios psicológicos, escolares e sociais. Pesquisas atuais revelam que crianças expostas à violência desde os primeiros anos de vida apresentam maior prevalência de transtornos de comportamento, alterações no padrão de socialização, dificuldades cognitivas e sinais precoces de sofrimento mental, como ansiedade de separação, irritabilidade constante e retraimento emocional (Palacios et al., 2024; Llano et al., 2024). Esse panorama evidencia a importância de intervenções precoces e integradas, capazes de interromper o ciclo da violência e resgatar a estabilidade emocional da criança.

Do ponto de vista legal e normativo, observa-se que o Brasil tem avançado no enfrentamento dessa problemática. A promulgação da Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, representa um marco jurídico na proteção de crianças vítimas de violência doméstica, instituindo medidas protetivas específicas, como o acolhimento prioritário, o acesso obrigatório a atendimento psicológico e o fortalecimento das redes de apoio intersetorial. Segundo Macêdo e Gomes (2024), a referida legislação reforça o papel da escola, dos conselhos tutelares e dos serviços de saúde na identificação e notificação de casos de violência, além de reconhecer o direito da criança a um ambiente seguro e livre de agressões.

Por outro lado, é imprescindível considerar os desafios adicionais enfrentados por populações que vivem em situações de vulnerabilidade múltipla, como as mulheres com deficiência auditiva. Conforme discutido por Peixoto et al. (2024), mulheres surdas em situação de violência doméstica frequentemente enfrentam barreiras linguísticas, ausência de intérpretes de Libras, e despreparo dos profissionais da rede pública de atendimento. Essas limitações inviabilizam a denúncia, comprometem o acesso a serviços protetivos e reforçam o isolamento dessas vítimas, configurando uma invisibilidade institucional que precisa ser urgentemente combatida.

Por fim, diretrizes recentes do Ministério da Saúde (2023) enfatizam a relevância de uma atuação integrada da Rede de Atenção Integral à Saúde das Mulheres em Situação de Violência, com enfoque na detecção precoce dos casos, acolhimento humanizado, capacitação contínua dos profissionais de saúde, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e promoção de ações de educação em saúde. A presença de equipes multiprofissionais sensibilizadas, treinadas e com escuta qualificada representa uma estratégia central para a mitigação dos efeitos da violência doméstica e para a construção de redes de proteção efetivas para gestantes e crianças em situação de risco.

#### **4 CONCLUSÃO**

Diante das análises empreendidas, é possível afirmar que a violência doméstica configura um grave problema de saúde pública, cujos efeitos se estendem para além da mulher, atingindo diretamente o binômio mãe-filho e reverberando negativamente ao longo de diferentes fases do ciclo vital. Ao abordar a violência doméstica sob a perspectiva da saúde da gestante e da criança, o presente trabalho evidenciou que os impactos transcendem a dimensão física, interferindo de forma significativa na saúde mental, na estabilidade emocional e nos processos de vinculação afetiva, com consequências duradouras para o desenvolvimento psicossocial infantil.

A exposição à violência por parceiro íntimo durante a gestação revelou-se associada a uma série de desfechos negativos, como transtornos ansiosos e depressivos, distúrbios do sono, complicações obstétricas e, no caso das crianças, a um aumento da incidência de distúrbios comportamentais, dificuldades escolares e prejuízos no desenvolvimento emocional e cognitivo. Igualmente, a violência obstétrica e os contextos de cuidado negligente contribuem para a fragilização da experiência materna e para o afastamento das mulheres dos serviços de saúde, especialmente quando as práticas são marcadas por desrespeito, ausência de consentimento e omissão de informações.

No plano normativo, observou-se que, embora o Brasil disponha de marcos legais relevantes, como a Lei Maria da Penha e, mais recentemente, a Lei Henry Borel, ainda persistem obstáculos estruturais que limitam a efetivação de políticas públicas intersetoriais e inclusivas. Tais barreiras tornam-se ainda mais evidentes quando se consideram populações vulnerabilizadas, como mulheres com deficiência, que frequentemente encontram dificuldades de acesso e comunicação junto à rede de proteção.

Assim, torna-se evidente a necessidade de um investimento contínuo em estratégias de prevenção, detecção precoce, acolhimento humanizado e fortalecimento da rede de atenção

integral à saúde das mulheres e das crianças em situação de violência. A atuação multiprofissional, aliada à formação permanente de profissionais e à articulação entre os setores da saúde, da assistência social, da educação e do sistema de justiça, revela-se indispensável para romper os ciclos de violência e garantir a promoção da saúde e da cidadania para as populações afetadas.

Em síntese, este estudo contribui para a compreensão ampliada da violência doméstica como fenômeno multifacetado, que compromete direitos fundamentais e exige respostas éticas, técnicas e políticas eficazes. Ao reafirmar a centralidade do cuidado integral e da equidade em saúde, reforça-se a urgência de ações coordenadas e sustentadas que promovam ambientes seguros, protetivos e saudáveis para gestantes e crianças, pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

## REFERÊNCIAS

COSTA, A. O.; FORTUNATO, W. S.; SILVA, L. P. Os impactos psicológicos no uso excessivo de telas por crianças pós-pandemia COVID-19. **Revista FIMCA**, Porto Velho, v. 10, n. 4, p. 141–153, 2023.

GONÇALVES, Marcos Vinicius; BOTOGOSKI, Sheldon Rodrigo. Parto humanizado em hospital de referência no estado do Paraná. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, v. 69, 2024.

LLANO, Blanca Bravo Queipo de et al. La violencia como problema de salud. **Anales de Pediatría**, 2024.

MACÊDO, P.; GOMES, R. Proteção jurídica das crianças vítimas de violência doméstica: a Lei Henry Borel (14.344/22) e a educação como ferramentas de prevenção e enfrentamento. **Revista FT**, 2024.

MENDES, José; SANTOS, Ana Paula Sousa; TAVARES, Márcio. Percepções da violência obstétrica pelas parturientes e profissionais de saúde: uma revisão scoping. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social**, v. 8, n. 2, 2022.

MENEZES, Manuel; RIBEIRO, S. A criança na violência interparental: um estudo de casos. **European Journal of Social Sciences Studies**, v. 9, n. 4, 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Diretrizes nacionais para atenção integral às mulheres em situação de violência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

OTAGUIRI, Alliny T. M.; SIQUEIRA, A.; D’AFFONSECA, S. M. Group interventions with mothers and children exposed to IPV: a systematic literature review. **Psicologia: Teoria e Prática**, 2022.

PALACIOS, Carme Vidal et al. Impacto de la violencia de género en las niñas y las adolescentes. **Atención Primaria**, v. 56, 2024.

PEIXOTO, Lucas Matheus Almeida et al. Challenges and perspectives for care for deaf women victims of domestic violence: an analysis of Central de Atendimento à Mulher, Centros de Referência (CRAM) and Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CEAMS). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 12, 2024.